Ascensão da China e futuro do capitalismo: planejamento estatal, socialismo de mercado e reconfiguração da ordem global

Pollyanna Paganoto Moura[1]
Rodrigo Straessli Pinto Franklin[2]

Resumo

A ascensão da China desafia a ideia de que o capitalismo liberal constitui o único caminho histórico possível para o desenvolvimento. Este artigo questiona a interpretação segundo a qual o desempenho chinês seria resultado essencialmente da abertura ao mercado mundial iniciada no final dos anos 1970. Com base em literatura especializada e em evidências empíricas do Banco Mundial, da WIPO e de instituições estatais chinesas, sustenta-se que essa trajetória é mais bem compreendida como expressão de uma formação social complexa, na qual mecanismos de mercado foram incorporados de forma seletiva a objetivos políticos de longo prazo. Em contraste com as noções de socialismo de mercado, Estado desenvolvimentista e capitalismo de Estado, argumenta-se que essa categoria oferece maior rendimento analítico para interpretar o caso chinês. Os dados mobilizados indicam crescimento acelerado do produto, ampliação da participação na manufatura mundial, redução drástica da pobreza, elevação do esforço tecnológico e persistência de mecanismos de coordenação estatal sobre crédito, investimento, ativos estratégicos e uso da terra. Conclui-se que a experiência chinesa reconfigura a economia mundial ao combinar planejamento, industrialização, inovação e projeção externa, ainda que os nexos causais entre esses mecanismos e seus resultados devam ser tratados com cautela analítica.

Palavras-chave: China; capitalismo global; socialismo de mercado; planejamento estatal; multipolaridade.

Abstract

China’s rise challenges the idea that liberal capitalism is the only viable path to development. This paper questions the interpretation that China’s performance results primarily from market liberalization since the late 1970s. Drawing on specialized literature and empirical evidence from the World Bank, WIPO, and Chinese state institutions, it argues that China’s trajectory is better understood as a complex social formation, in which market mechanisms are selectively subordinated to long-term political objectives. In contrast to the notions of market socialism, the developmental state, and state capitalism, the paper contends that this category

[1] Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
[2] Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

provides greater analytical leverage for interpreting the Chinese case. The evidence points to rapid output growth, an expanding share in global manufacturing, a drastic reduction in poverty, rising technological effort, and the persistence of state coordination over credit, investment, strategic assets, and land use. The paper concludes that China is reshaping the global economy by combining planning, industrialization, innovation, and external projection, although the causal links between these mechanisms and their outcomes should be treated with analytical caution.
Keywords: China; global capitalism; market socialism; state planning; multipolarity.

1 Introdução

O debate sobre o futuro do capitalismo tornou-se incontornável em um contexto marcado por desaceleração econômica, financeirização, crise ambiental, recrudescimento geopolítico e desgaste das promessas associadas à globalização neoliberal. Nesse cenário, a experiência chinesa ocupa lugar singular. Em poucas décadas, a China combinou crescimento elevado, industrialização acelerada, expansão de infraestrutura, redução massiva da pobreza e fortalecimento tecnológico, ao mesmo tempo em que preservou forte capacidade estatal de coordenação econômica. Por isso, compreender a natureza do seu desenvolvimento é decisivo para qualquer reflexão contemporânea sobre os limites e as alternativas ao capitalismo.

Uma interpretação difundida atribui o êxito chinês à abertura ao mercado mundial a partir do fim dos anos 1970, à ampla oferta de força de trabalho barata e à atração de investimento estrangeiro em uma estratégia tipicamente exportadora. Nessa leitura, a China seria apenas mais um caso de transição ao capitalismo, ainda que com presença estatal mais robusta que a observada em outras economias periféricas. O problema dessa formulação é que ela explica mal tanto a singularidade da trajetória chinesa quanto sua persistência de longo prazo. Se a simples abertura ao comércio internacional fosse suficiente, outras economias periféricas ou ex-socialistas que adotaram reformas pró-mercado teriam reproduzido desempenho semelhante. Não foi o que ocorreu.

Este artigo sustenta uma hipótese distinta: a ascensão da China decorre de uma formação social complexa na qual o mercado opera sob direção política do Estado, e não o inverso. A abertura externa, a presença de empresas privadas e o investimento estrangeiro existem, mas são incorporados de forma seletiva e subordinada a objetivos estratégicos de longo prazo. Em vez de uma ruptura absoluta entre o período maoísta e as reformas pós-1978, argumenta-se que há continuidade histórica entre a Revolução de 1949, a construção das bases materiais do desenvolvimento e a posterior utilização de mecanismos mercantis como instrumentos de modernização produtiva e de inserção internacional.

Para desenvolver esse argumento, o artigo se subdivide em cinco seções além desta introdução. Na próxima seção, discutimos a caracterização da economia chinesa, onde

apresentamos a chave de interpretação baseada na categoria “Formação Social Complexa”, que permite compreender como os mecanismos de mercado se subsumem ao planejamento estatal e controle social. Em seguida, reconstruímos a trajetória de crescimento da China, pontuando como o a Revolução de 1949 construiu os pré-requisitos para um controle estatal marcado por uma contínua avaliação e reestruturação. Na quarta seção, buscamos dados para fundamentar uma avaliação sobre as transformações qualitativas da realidade chinesa. Na quinta seção, discutimos os impactos da ascensão chinesa para a configuração do capitalismo mundial e seus reflexos nos conflitos geopolíticos. Por fim, apresentamos as considerações finais.

Para desenvolver esse argumento, o artigo se organiza em cinco seções além desta introdução. Na próxima seção, discutimos a caracterização da economia chinesa, apresentando a categoria de “formação social complexa” como chave interpretativa para compreender a subordinação dos mecanismos de mercado ao planejamento estatal e ao controle social. Em seguida, reconstruímos a trajetória de crescimento da China, enfatizando o papel da Revolução de 1949 na formação dos fundamentos institucionais que viabilizam a coordenação estatal do processo de acumulação. Na quarta seção, mobilizamos evidências empíricas para examinar as transformações qualitativas da economia chinesa. Na quinta seção, analisamos os impactos da ascensão chinesa sobre a dinâmica do capitalismo mundial e seus desdobramentos geopolíticos. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2 A China contemporânea: capitalismo, socialismo ou formação social complexa?

Classificar a China contemporânea por meio de categorias rígidas e mutuamente excludentes - como "capitalista" ou "socialista" em sentido acabado - tende a obscurecer mais do que esclarecer. É inegável a presença de relações capitalistas, de produção mercantil e de empresas privadas no país. Entretanto, o fato de o capital existir em determinado território não basta, por si só, para definir o princípio organizador dominante de toda a formação econômico-social. A questão decisiva é outra: quais formas de propriedade e quais mecanismos de coordenação ocupam posição estratégica na reprodução ampliada da economia?

A resposta passa por reconhecer a coexistência de múltiplas formas de propriedade. Ao lado de um setor privado nacional e estrangeiro bastante dinâmico, persistem empresas estatais em ramos estratégicos, formas mistas de capital, experiências de base coletiva e a manutenção da terra rural em regime não plenamente privatizado. Na leitura de Jabbour (2012), essa heterogeneidade não é um desvio passageiro, mas traço constitutivo da experiência chinesa. As empresas de cantão e povoado - conhecidas como Township and Village Enterprises (TVEs) - expressaram, sobretudo nas primeiras décadas da reforma, uma forma específica de expansão mercantil ancorada em estruturas locais coletivas. Já os grandes conglomerados estatais preservaram o controle sobre

energia, transportes, telecomunicações, finanças e outras atividades decisivas para a soberania econômica.

A propriedade da terra ocupa papel particularmente relevante nesse arranjo. Embora a reforma tenha ampliado mercados de uso e arrendamento, a terra rural não foi convertida em mercadoria plenamente privatizada nos moldes liberais clássicos. Esse ponto ajuda a explicar por que a urbanização chinesa ocorreu com mecanismos de mediação distintos daqueles observados em economias periféricas submetidas à financeirização precoce do solo urbano e rural. Do mesmo modo, a associação entre capital estrangeiro e agentes chineses, em diferentes fases e setores, foi frequentemente condicionada por requisitos estatais e partidários, o que limita a imagem de uma economia simplesmente aberta à livre expansão de interesses privados autônomos. Tal desenho institucional reforça a ideia de que a mercantilização chinesa não eliminou, de uma só vez, os freios políticos sobre os ativos decisivos do desenvolvimento (JABBOUR, 2012; JABBOUR; GABRIELE, 2021).

Essa combinação autoriza tratar a China como uma formação social complexa. A expressão é empregada aqui em sentido operacional, e não como metáfora genérica de hibridismo: ela designa um arranjo em que coexistem formas heterogêneas de propriedade, no qual o setor público preserva primazia sobre terra, finanças, infraestrutura e outros núcleos estratégicos, enquanto os mercados organizam grande parte da circulação e da competição sem definir, por si sós, os fins do desenvolvimento. Naughton (2017), ao discutir capacidade, intenção, redistribuição e responsividade como critérios relevantes para julgar o conteúdo socialista de uma ordem econômica, ajuda a mostrar que o ponto decisivo não é apenas medir o tamanho do Estado, mas verificar se ele dispõe de poder efetivo para orientar a acumulação. Em linha convergente, Milhaupt e Zheng (2015) criticam o "viés de propriedade" e mostram que, na China, a fronteira entre empresas estatais e privadas é mais porosa do que sugere a dicotomia convencional, já que a coordenação partidário-estatal atravessa diferentes formas jurídicas de empresa.

Quadro 1 - Delimitação conceitual para o caso chinês

Categoria	Núcleo analítico	Alcance e limite no caso chinês
Socialismo de mercado	Compatibilização entre planejamento político e uso de mercados na alocação.	Esclarece a articulação entre mercado e objetivos políticos, mas diz menos sobre a porosidade entre propriedade pública e privada e sobre os mecanismos concretos de coordenação.
Estado desenvolvimentista	Coordenação estatal da industrialização, da mudança estrutural e do upgrading tecnológico.	Ilumina política industrial e catch-up, mas subespecifica o regime de propriedade, a centralidade do partido-Estado e o legado socialista da experiência chinesa.
Capitalismo de Estado	Peso das estatais, do controle público e da concorrência em mercados sob direção estatal.	Capta a força do setor estatal, mas pode reduzir o caso chinês à propriedade formal e subestimar o controle sobre terra, crédito e firmas privadas.

Formação social complexa (proposta do artigo)	Coexistência hierarquizada de formas de propriedade e mecanismos de coordenação sob primazia do partido-Estado sobre ativos estratégicos.	Integra mercado, planejamento, crédito, terra, setor estatal e coordenação sobre agentes privados num mesmo quadro analítico.

Fonte: elaboração própria com base em NAUGHTON (2017), MILHAUPT; ZHENG (2015), GRUIN (2016), MEDEIROS; MAJEROWICZ (2022), MCNALLY (2012) e JABBOUR; GABRIELE (2021).

Nesse sentido, "formação social complexa" não é sinônimo simples de "socialismo de mercado", "Estado desenvolvimentista" ou "capitalismo de Estado". A primeira categoria ilumina a combinação entre fins políticos declaradamente socialistas e mecanismos mercantis; a segunda enfatiza industrialização tardia, política industrial e coordenação estatal do upgrading; a terceira destaca a centralidade das empresas estatais e do controle público sobre setores estratégicos. Todas captam dimensões reais do caso chinês, mas, isoladamente, tendem a deixar em segundo plano a coexistência hierarquizada entre formas distintas de propriedade, o controle sobre terra e crédito, a capacidade de coordenação do partido-Estado sobre agentes formalmente privados e o uso instrumental dos mercados. É por isso que Gruin (2016) descreve a economia socialista de mercado menos como adesão normativa ao mercado e mais como ordem social em que o mercado é mobilizado como ferramenta de objetivos políticos mais amplos, enquanto Medeiros e Majerowicz (2022) mostram que o caso chinês extrapola o Estado desenvolvimentista clássico pela densidade institucional do partido-Estado e por sua penetração direta no poder econômico.

O debate bibliográfico reforça a necessidade dessa delimitação. Há interpretações que sublinham a emergência de uma economia capitalista privada "de baixo para cima" ou a reversão pró-mercado ocorrida ao longo da reforma, destacando o papel do empreendedorismo, das redes privadas e das mudanças institucionais incrementais (HUANG, 2008; COASE; WANG, 2012; NEE; OPPER, 2012). Outra família de leituras interpreta a China como variedade específica de capitalismo — "Sino-capitalism", "centrally managed capitalism" ou "state capitalism" — e enfatiza, conforme o autor, a combinação entre redes empresariais, controle político centralizado e adaptação institucional do setor estatal (MCNALLY, 2012; LIN, 2011; NAUGHTON; TSAI, 2015). Por fim, há avaliações mais estritas, para as quais a China contemporânea não satisfaz critérios substantivos de socialismo, embora preserve instrumentos e linguagens herdados da revolução (ZHANG, 2023). O argumento deste artigo dialoga com essas tradições, mas sustenta que a noção de formação social complexa possui maior rendimento analítico porque permite integrar, num mesmo quadro, heterogeneidade patrimonial, coordenação financeira, direção partidário-estatal e funcionalização política dos mercados.

Evidentemente, reconhecer esse padrão não significa negar contradições. A expansão do setor privado, a desigualdade entre regiões, o surgimento de grandes fortunas e as pressões competitivas próprias da mercantilização produziram tensões sociais reais. Justamente por isso, a

noção de formação social complexa é mais fecunda do que classificações simplistas: ela permite compreender a China como um processo histórico em disputa, no qual mecanismos capitalistas são incorporados, contidos e redirecionados por uma estratégia estatal de longo prazo. Em termos sintéticos, trata-se menos de um capitalismo liberal com Estado forte e mais de um arranjo em que o mercado foi internalizado como instrumento de uma transição ainda inconclusa.

Em termos operacionais, essa categoria pode ser observada por meio de proxies que expressem controle público sobre ativos estratégicos, crédito, investimento e solo. A Tabela 1 reúne indicadores recentes que ajudam a distinguir a experiência chinesa tanto do capitalismo liberal quanto de um desenvolvimentismo apoiado apenas em indução regulatória indireta.

Tabela 1 - Proxies selecionadas de coordenação estatal sobre o capital na China recente

Proxy	Valor recente	Uso analítico
Ativos das SOEs sob o sistema de supervisão estatal	RMB 387 tri (2025)	escala macroscópica do estoque de ativos públicos supervisionados
Investimento em ativos fixos de unidades state-holding	+5,0% (1o sem. 2025)	coordenação direta sobre a formação de capital
Valor adicionado industrial de empresas state-holding	+4,6% (2025)	presença dinâmica do setor estatal no núcleo industrial
Lucros de empresas industriais state-holding	RMB 2.056,1 bi (2025)	peso econômico material do setor estatal industrial
Estoque de AFRE	RMB 437,08 tri (set. 2025)	escala macrofinanceira do crédito em sistema fortemente administrado
Regime fundiário	terra urbana estatal; terra rural/suburbana coletiva	limite jurídico à plena mercantilização do solo

Fonte: elaboração própria com base em CHINA (2019; 2025c; 2025d; 2026a; 2026b).

Nota: AFRE = aggregate financing to the real economy. A classificação state-holding segue o National Bureau of Statistics. As proxies sintetizam mecanismos distintos de coordenação e não constituem uma medida única ou exaustiva de causalidade.

Tomadas em conjunto, essas evidências não esgotam o debate causal, mas tornam empiricamente observável o núcleo do argumento. Elas sugerem que, na China contemporânea, Estado, setor público e instituições partidárias seguem dispondo de alavancas materiais para orientar a acumulação, disciplinar a concorrência e modular a mercantilização de ativos decisivos. É esse traço - e não a mera presença de mercado - que distingue a formação social complexa aqui proposta de um capitalismo liberal clássico ou de um desenvolvimentismo assentado apenas em regulação indireta (CHINA, 2019; 2025c; 2025d; 2026a; 2026b).

3 Por que a China cresce? Continuidade histórica, planejamento e inovação institucional

Grande parte da literatura convencional localiza o "milagre chinês" exclusivamente após 1978, como se o período anterior tivesse sido apenas um intervalo de estagnação socialista. O problema dessa narrativa é que ela separa artificialmente dois momentos que, na realidade, se articulam. Herrera e Long (2018), ao examinarem o crescimento chinês em perspectiva longa, mostram que a economia já apresentava dinamismo significativo antes das reformas. O crescimento médio do PIB entre 1952 e 2015 foi extraordinário, e o subperíodo anterior a 1978 esteve longe de

representar imobilismo. Isso não elimina os graves problemas e as crises daquele período, mas indica que a base material da ascensão posterior não surgiu do nada.

A Revolução de 1949 foi decisiva porque unificou politicamente o território, rompeu a sujeição semicolonial, promoveu reforma agrária, construiu capacidade administrativa centralizada e lançou as bases da industrialização pesada, da saúde pública e da educação de massa. Em outras palavras, as reformas posteriores operaram sobre uma infraestrutura política e social previamente constituída. A continuidade histórica entre 1949 e o ciclo de reformas não implica identidade de métodos; significa, antes, que a abertura mercantil posterior foi viabilizada por uma base estatal e social construída no período revolucionário. O próprio deslocamento diplomático iniciado nos anos 1970, inclusive a aproximação com os Estados Unidos, deve ser lido no interior de uma estratégia nacional mais ampla, e não como simples capitulação às regras do mercado mundial.

Esse ponto é central: não houve abandono puro e simples da coordenação estatal, mas transformação dos instrumentos por meio dos quais ela se realizava. As reformas do período Deng Xiaoping alteraram profundamente os mecanismos de gestão econômica, porém não eliminaram a prerrogativa política do planejamento. Os planos quinquenais continuaram a organizar metas de investimento, prioridades setoriais, infraestrutura, ciência e tecnologia, segurança energética e modernização militar. A diferença é que a coordenação passou a combinar mecanismos administrativos, incentivos mercantis e experimentação territorial, em vez de depender apenas de comandos diretos. A flexibilidade institucional foi, assim, parte da força do processo, não sinal de sua dissolução. Nesse sentido, a literatura que enfatiza a especificidade do socialismo de mercado chinês chama atenção para a permanência de uma racionalidade estratégica de Estado mesmo quando os instrumentos de execução se transformam (JABBOUR; GABRIELE, 2021).

A força do planejamento chinês também decorre de seu caráter experimental. Em vez de aplicar reformas homogêneas e simultâneas em todo o território, o Estado frequentemente testou medidas em províncias, municípios e zonas específicas, avaliando resultados antes de generalizá-las. Essa combinação entre centralização estratégica e descentralização operacional reduziu custos de erro, permitiu correções de rota e preservou a capacidade de aprendizado institucional. O planejamento, portanto, não operou como grade burocrática rígida, mas como processo dinâmico de coordenação e ajuste. A experimentação, portanto, também foi planejada.

A modernização rural ilustra bem essa lógica. A descoletivização parcial e a introdução do sistema de responsabilidade familiar elevaram a produtividade agrícola, ampliaram a renda rural e abriram espaço para novas formas de produção voltadas ao mercado. Ao mesmo tempo, as TVEs absorveram trabalho, estimularam a industrialização local e evitaram que a liberalização agrícola se convertesse imediatamente em desemprego massivo e favelização urbana. Elas funcionaram como

ponte entre o mundo rural e a industrialização, articulando poupança local, emprego e fornecimento para cadeias produtivas mais amplas (JABBOUR, 2012).

Outro mecanismo decisivo foi a reorganização das empresas estatais. Em vez de simplesmente privatizar o núcleo estratégico da economia, o governo concentrou recursos e racionalizou estruturas para fortalecer grandes conglomerados públicos em setores-chave. A criação da State-owned Assets Supervision and Administration Commission (SASAC), em 2003, consolidou esse movimento ao profissionalizar a supervisão dos ativos estatais e reforçar a centralização do comando sobre empresas consideradas essenciais para a segurança nacional e o desenvolvimento tecnológico (NAUGHTON, 2003). Assim, a modernização do setor público não significou seu encolhimento irrelevante, mas sua recomposição qualitativa.

A abertura externa seguiu a mesma lógica seletiva. As Zonas Econômicas Especiais permitiram captar investimento estrangeiro, testar marcos regulatórios e ampliar exportações, mas não equivaleram a uma liberalização indiscriminada. O capital externo foi atraído de forma territorialmente controlada, em setores específicos e sob regras que, em diferentes momentos, estimularam transferência de tecnologia, joint ventures e internalização de capacidades produtivas. O investimento estrangeiro direto foi tratado como instrumento para adensar cadeias industriais e obter divisas, não como mecanismo de desnacionalização generalizada.

A política cambial e o controle da conta de capitais completam esse desenho. A manutenção de relativa autonomia monetária e financeira protegeu o país de choques externos, reduziu a vulnerabilidade a ataques especulativos e permitiu compatibilizar inserção internacional com objetivos internos de industrialização. Ao mesmo tempo, um sistema financeiro fortemente orientado pelo Estado assegurou que o crédito acompanhasse prioridades de investimento em infraestrutura, manufatura e inovação. Rodrik (2006), ao analisar o padrão exportador chinês, mostrou que a sofisticação das exportações do país foi muito superior àquela esperada para seu nível de renda, o que sugere a existência de políticas deliberadas de construção de capacidades, e não mera exploração passiva de vantagens comparativas herdadas.

Uma evidência mais direta desses mecanismos aparece nos dados do People’s Bank of China. No fluxo acumulado de financiamento à economia real entre janeiro e outubro de 2025, os empréstimos em RMB responderam por 47,0% do total e os títulos governamentais por 38,7%, enquanto o financiamento acionário doméstico das empresas não financeiras representou apenas 1,2% (Tabela 2). Isso sugere um padrão em que crédito bancário e dívida pública permanecem no centro da coordenação macrofinanceira, com o mercado acionário ocupando papel complementar.

Tabela 2 - Composição do financiamento à economia real na China (jan.-out. 2025)

Componente	RMB tri	% do total
Empréstimos em RMB	14,52	47,0
Títulos governamentais	11,95	38,7

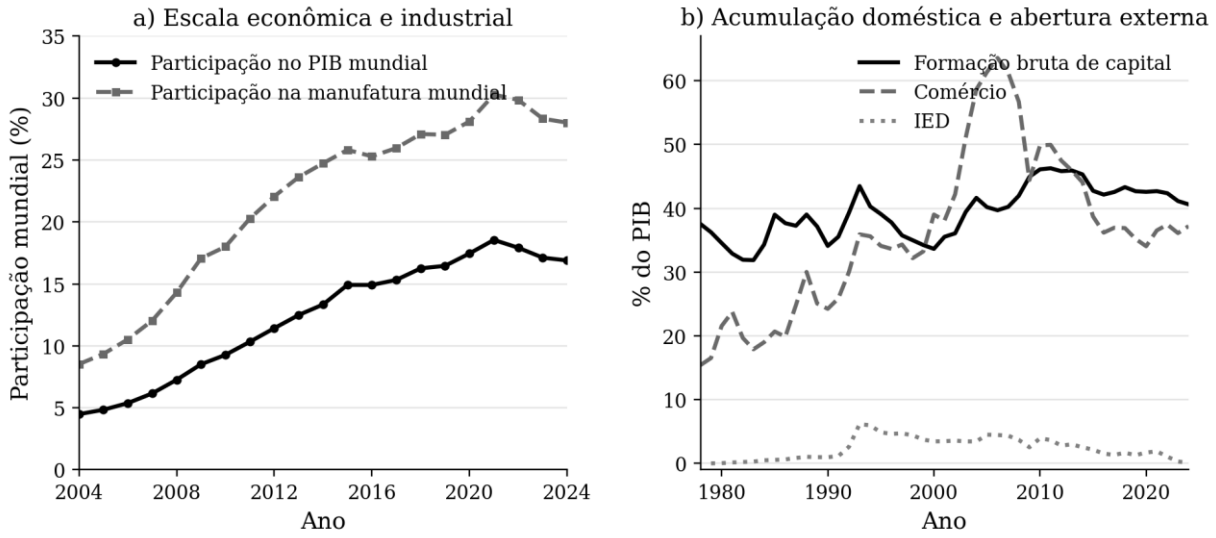
Títulos corporativos	1,82	5,9
Financiamento acionário doméstico	0,39	1,2
Outros componentes líquidos	2,22	7,2
Total	30,90	100,0

Fonte: elaboração própria com base em CHINA (2025a).

Nota: valores em trilhões de yuans; o total corresponde ao fluxo acumulado de janeiro a outubro de 2025.

As contas financeiras do PBoC reforçam essa leitura. Em 2024, as famílias registraram investimento financeiro líquido positivo de RMB 22,9 trilhões, ao passo que as corporações não financeiras e o governo geral apareceram como tomadores líquidos de RMB 10,6 e 11,3 trilhões, respectivamente. No mesmo ano, as instituições financeiras ampliaram em RMB 17,1 trilhões seus ativos em empréstimos e em RMB 11,6 trilhões suas posições em títulos governamentais. Tomados em conjunto, esses dados não demonstram, por si sós, toda a causalidade do desenvolvimento chinês, mas são consistentes com a hipótese de que o Estado preservou instrumentos decisivos para canalizar poupança doméstica, crédito e endividamento público em direção a objetivos de investimento, infraestrutura e estabilização macroeconômica (CHINA, 2025a; CHINA, 2025b).

Figura 1 – Escala econômica, industrialização e inserção externa da China



Fonte: elaboração própria com base em WORLD BANK (2026a).

Nota: no painel (a), a participação na manufatura mundial foi calculada a partir do valor adicionado da manufatura em dólares correntes e está disponível a partir de 2004; no painel (b), a série de IED começa em 1979.

A Figura 1 ajuda a qualificar, de maneira mais precisa, o papel da inserção externa. No painel (a), a participação chinesa no PIB mundial sobe de 4,5% em 2004 para 16,9% em 2024, enquanto sua participação na manufatura mundial avança de 8,5% para 28,0%, sugerindo que o crescimento esteve associado à expansão da escala industrial e não apenas ao aumento do comércio. No painel (b), comércio e IED aparecem como componentes relevantes da trajetória, mas insuficientes para explicá-la isoladamente: o coeficiente de comércio atingiu pico de 63,6% do PIB em 2006 e recuou para 37,2% em 2024, ao passo que a formação bruta de capital permaneceu em patamar elevado ao longo de todo o período, chegando a 40,6% do PIB em 2024 (WORLD BANK, 2026a).

Esses dados não autorizam concluir que a abertura externa tenha sido irrelevante. Autorizam, isto sim, a tratá-la como condição importante, porém não suficiente, de uma trajetória em que acumulação doméstica, planejamento e controle macrofinanceiro continuaram centrais. Em outras palavras, a evidência é mais consistente com a leitura de uma inserção internacional seletiva e politicamente manejada do que com a ideia de liberalização autônoma como motor exclusivo do crescimento (WORLD BANK, 2026a; JABBOUR; GABRIELE, 2021).

Em suma, o crescimento chinês resulta da combinação entre continuidade histórica, planejamento de longo prazo e sucessivas inovações institucionais. O que distingue a experiência chinesa não é a ausência de mercado, mas a maneira pela qual os dados examinados se mostram consistentes com sua relativa subordinação a uma estratégia nacional. A abertura ao mundo foi real, porém funcional a objetivos definidos politicamente: ampliar a capacidade produtiva, dominar tecnologias, evitar estrangulamentos externos e elevar a posição do país na hierarquia internacional.

4 Transformações internas: pobreza, industrialização e capacidade tecnológica

O crescimento chinês não se limitou à expansão do produto. Ele veio acompanhado de profundas transformações estruturais e sociais. Segundo o Banco Mundial, ao longo de quatro décadas a China retirou da pobreza extrema algo próximo de 800 milhões de pessoas, respondendo por parcela majoritária da redução global da pobreza no período (WORLD BANK, 2022). A escala desse resultado não encontra paralelo recente entre países periféricos e sugere que a dinâmica chinesa produziu, ainda que de modo desigual, efeitos distributivos e civilizatórios que extrapolam a simples elevação da renda agregada.

Tabela 3 - Indicadores selecionados da transformação estrutural chinesa

Indicador	1978	2004	2010	2024
PIB real (índice 1978=100)	100,0	1.097,9	2.088,5	5.007,0
Participação no PIB mundial (%)	1,7	4,5	9,3	16,9
Participação na manufatura mundial (%)	–	8,5	18,0	28,0
Formação bruta de capital (% do PIB)	37,5	41,6	46,1	40,6
Comércio de bens e serviços (% do PIB)	15,4	58,6	49,9	37,2
Urbanização (% da população)	17,9	41,8	49,2	65,9

Fonte: elaboração própria com base em WORLD BANK (2026a).

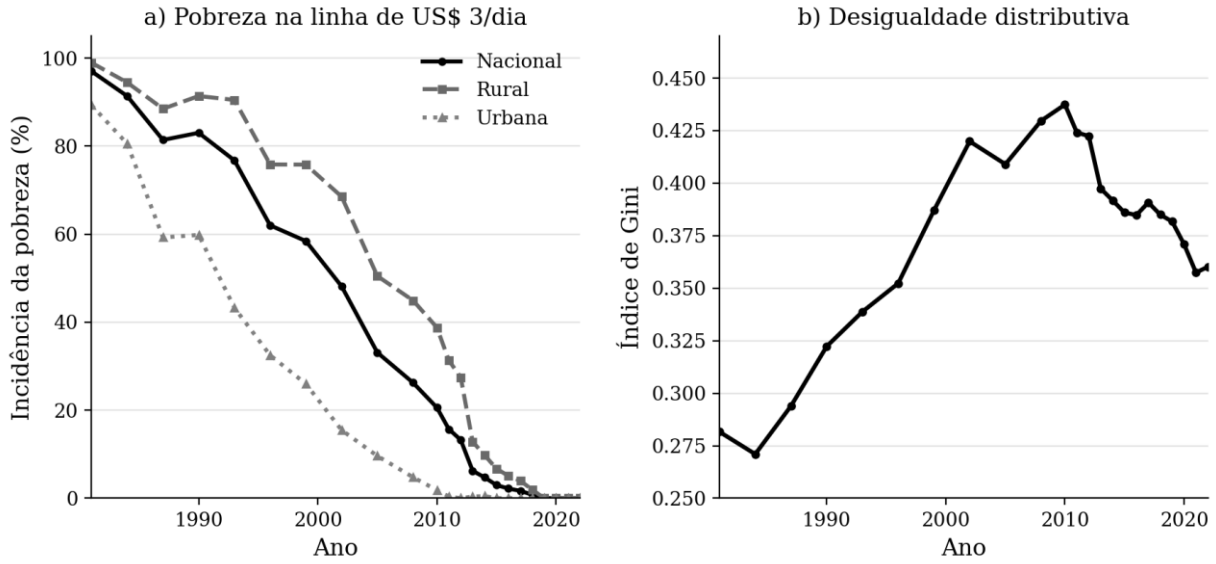
Nota: a participação na manufatura mundial foi calculada como razão entre o valor adicionado manufatureiro da China e o total mundial; para 1978, a série não está disponível na base utilizada.

A Tabela 3 sintetiza parte dessa transformação estrutural. Medido em índice 1978=100, o PIB real alcançou 5.007 em 2024, o que equivale a multiplicação real de aproximadamente cinquenta vezes. A participação chinesa no PIB mundial passou de 1,7% para 16,9%, e sua participação na manufatura mundial, disponível na série do Banco Mundial a partir de 2004, subiu de 8,5% para 28,0% em 2024. Desse modo, o argumento sobre industrialização não se apoia apenas na parcela da indústria no PIB — indicador que pode cair com a mudança do nível de renda —, mas

também na expansão da escala manufatureira chinesa em termos mundiais (WORLD BANK, 2026a).

As mudanças atingiram igualmente a urbanização, a qualificação da força de trabalho e a capacidade de coordenação territorial. A expansão de infraestrutura, transportes, energia e habitação conectou regiões antes pouco integradas ao circuito nacional de acumulação, enquanto a ampliação do ensino e da formação técnica fortaleceu a oferta de trabalho qualificado. Em perspectiva histórica, isso significa que o crescimento chinês foi acompanhado por uma transformação das condições gerais de produção e reprodução social, e não apenas por aumento das exportações ou da taxa de investimento.

Figura 2 – Redução da pobreza e evolução distributiva na China (1981-2022)



Fonte: elaboração própria com base em WORLD BANK (2026b).
Nota: no painel (a), a linha de pobreza utilizada corresponde a US$ 3,00 por dia em PPC de 2021, conforme a PIP.

A Figura 2 explicita a profundidade - e também os limites - da mudança social. Na linha internacional de US$ 3,00 por dia em PPC de 2021, a pobreza nacional caiu de 97,0% em 1981 para zero em 2022; no meio rural, a queda foi de 99,0% para zero no mesmo período. Ao mesmo tempo, o índice de Gini aumentou de 0,28 em 1981 para 0,44 em 2010, antes de recuar para 0,36 em 2022. O movimento é compatível com a interpretação de que a industrialização e a urbanização elevaram renda e reduziram carências extremas, mas também geraram tensões distributivas que o Estado precisou administrar por meio de políticas regionais, sociais e de reequilíbrio territorial (WORLD BANK, 2026b; WORLD BANK, 2022).

Tabela 4 - Pobreza monetária e desigualdade: comparação internacional selecionada

País	Pobreza a US$ 3,00/dia	Índice de Gini
China	0,0% (2022)	36,0 (2022)
Índia	5,3% (2022-23)	25,5 (2022-23)
Vietnã	1,6% (2022)	36,1 (2022)
Brasil	3,8% (2023)	51,6 (2023)

Fonte: elaboração própria com base em WORLD BANK (2025c; 2025d; 2025e; 2025f).

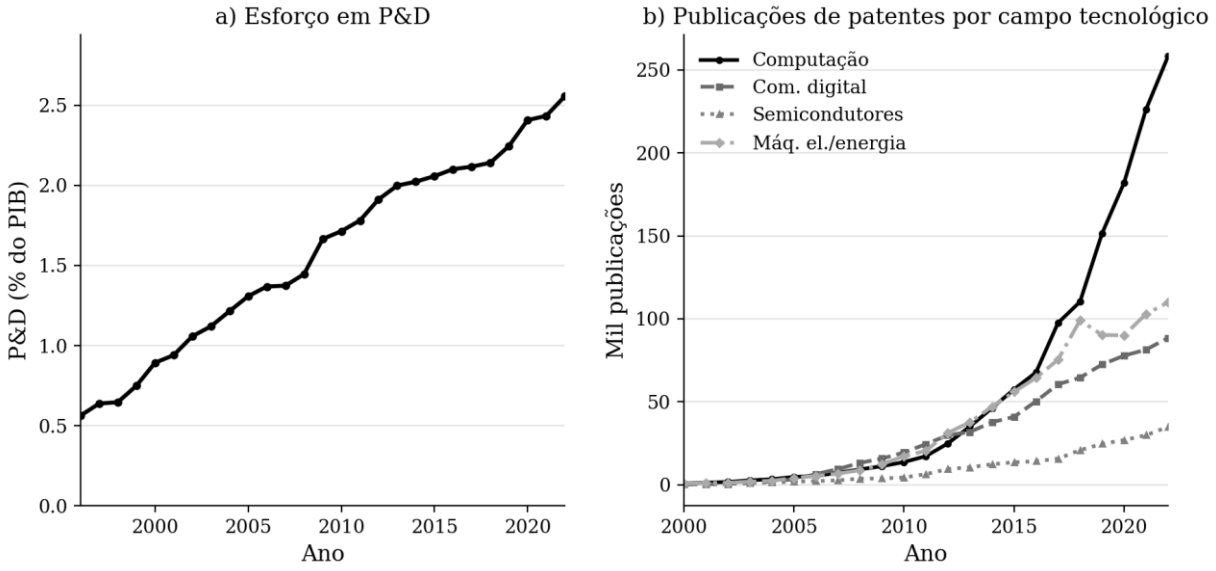
Nota: a linha de pobreza corresponde a US$ 3,00 por dia em PPC de 2021. Os anos apresentados entre parênteses são os mais recentes informados em cada Poverty & Equity Brief. No caso da Índia, as estimativas derivam da HCES 2022-23, e o próprio Banco Mundial adverte que a desigualdade baseada em consumo pode subestimar a concentração efetiva.

Uma comparação internacional mínima ajuda a situar a magnitude da transformação chinesa sem dispersar o argumento. Entre grandes economias periféricas e emergentes, a China combina pobreza praticamente nula na linha de US$ 3,00/dia com desigualdade bastante inferior à brasileira e muito próxima à vietnamita. O contraste não prova superioridade sistêmica automática, mas é consistente com a hipótese de que a combinação chinesa entre industrialização, políticas sociais e coordenação estatal produziu resultados distributivos singulares. No caso indiano, a comparação deve ser lida com cautela adicional, pois o próprio breve do Banco Mundial ressalta limitações das medidas baseadas em consumo para captar a desigualdade efetiva (WORLD BANK, 2025c; 2025d; 2025e; 2025f).

Além da pobreza, a própria estrutura produtiva se alterou radicalmente. A China deixou de ser apenas plataforma exportadora intensiva em trabalho para se tornar um complexo industrial diversificado, com forte presença em bens de média e alta tecnologia, infraestrutura, energia, economia digital e manufaturas sofisticadas. Nesse ponto, a própria Figura 1 ajuda a qualificar o argumento: a expansão da participação chinesa na manufatura mundial sugere mudança de escala produtiva, enquanto o diagnóstico de Rodrik (2006) continua relevante para a composição das exportações. O país passou a exportar bens associados a níveis de produtividade muito superiores aos que sua renda per capita sugeriria, revelando trajetória de upgrading produtivo deliberadamente induzida.

Os dados mais recentes reforçam essa mudança qualitativa. A Organização Mundial do Comércio registrou a China como a maior exportadora de mercadorias em 2024 (WTO, 2025), enquanto a Organização Mundial da Propriedade Intelectual aponta que solicitantes baseados na China apresentaram cerca de 1,8 milhão de pedidos de patente no mesmo ano, o maior volume mundial (WIPO, 2025). Tais indicadores, contudo, devem ser lidos com cautela: volume de pedidos ou publicações não equivale automaticamente a qualidade, impacto científico, domínio de fronteira ou apropriação comercial integral. Ainda assim, eles sinalizam que o país já ocupa posição central nos circuitos globais de produção de conhecimento, padronização tecnológica e competição industrial.

Figura 3 – Esforço tecnológico e volume de publicações de patentes de origem chinesa (1996-2022)



Fonte: elaboração própria com base em WORLD BANK (2026a) e WIPO (2025).
Nota: no painel (b), os dados correspondem a publicações de patentes por tecnologia e origem chinesa, agregadas em todos os escritórios; esse indicador é usado aqui como proxy de volume inventivo, não de qualidade, citação ou apropriação comercial.

No terreno tecnológico, a transformação foi igualmente expressiva. O dispêndio chinês em P&D subiu de 0,56% do PIB em 1996 para 2,56% em 2022, aproximando-se do patamar médio das economias centrais e distanciando-se de países periféricos de grande porte, como a Índia. Paralelamente, o volume de publicações de patentes de origem chinesa cresceu de forma acelerada em áreas como tecnologia da computação, comunicação digital, semicondutores e máquinas elétricas/energia. Tomada isoladamente, essa evidência mede escala inventiva e não qualidade tecnológica. Em conjunto com o aumento do esforço em P&D, contudo, ela é consistente com a interpretação de que a China ampliou de forma substantiva suas capacidades de pesquisa, engenharia e inovação aplicada (WORLD BANK, 2026a; WIPO, 2025).

5 A ascensão da China e a reconfiguração do capitalismo global

A ascensão chinesa vem transformando o capitalismo global porque desloca o eixo dinâmico da acumulação, amplia a relevância do Sul Global e questiona a pretensão de universalidade do modelo liberal ocidental. Não se trata apenas do crescimento de uma grande economia nacional, mas da emergência de um polo capaz de reorganizar fluxos de comércio, investimento, tecnologia, finanças e infraestrutura em escala mundial. Ao combinar planejamento, política industrial, presença estatal e inserção externa ativa, a China recolocou em circulação instrumentos que haviam sido relegados a segundo plano pela hegemonia neoliberal das últimas décadas.

Esse movimento aparece na construção de mecanismos multilaterais e arranjos de cooperação que ampliam margens de autonomia para países periféricos. Os BRICS, o Novo Banco de Desenvolvimento, a Organização para Cooperação de Xangai e a Iniciativa Cinturão e Rota são

expressões, embora distintas entre si, de uma estratégia voltada a diversificar fontes de financiamento, corredores logísticos e espaços de coordenação política fora do circuito atlântico tradicional. Sob a retórica da "ascensão pacífica", a China procura se apresentar como potência interessada em multipolaridade, não intervenção e ganhos recíprocos. Há, obviamente, interesses nacionais muito concretos por trás dessa postura: escoamento de capacidade produtiva, segurança energética, acesso a recursos, expansão de mercados e maior densidade diplomática para sustentar seu processo de desenvolvimento.

A Iniciativa Cinturão e Rota sintetiza bem essa ambivalência. Ao mesmo tempo em que projeta influência geoeconômica chinesa, cria corredores logísticos, amplia mercados externos e fortalece o uso internacional de suas empresas e bancos, ela também oferece a diversos países acesso a crédito, obras de infraestrutura e alternativas parciais às fontes tradicionais de financiamento. O mesmo vale para os BRICS: longe de constituírem bloco homogêneo, expressam a busca por maior capacidade de coordenação entre grandes economias não centrais em um sistema internacional historicamente dominado pelos países do Norte.

Tabela 5 - Financiamento chinês a projetos em outros países por região (2008-2024)

Região	US$ bi	%
Ásia	157,8	33,4
África	130,2	27,6
América Latina e Caribe	116,3	24,6
Europa	65,1	13,8
Oceania	2,6	0,6
Total	472,1	100,0

Fonte: elaboração própria com base em BOSTON UNIVERSITY GLOBAL DEVELOPMENT POLICY CENTER (2025).

Nota: valores em US$ bilhões correntes.

Tabela 6 - Financiamento chinês a projetos em outros países por setor (2008-2024)

Setor	US$ bi	%
Energia	183,9	38,9
Transporte	109,7	23,2
Outros	70,2	14,9
Setor financeiro	48,0	10,2
Indústria e comércio/serviços	19,1	4,0
Tecnologia da informação e comunicação	13,9	3,0
Água, saneamento e resíduos	9,1	1,9
Mineração não energética	5,5	1,2
Agricultura	4,3	0,9
Proteção social	2,2	0,5
Educação	1,8	0,4
Administração pública	1,6	0,3
Defesa e setor militar	1,4	0,3
Saúde	1,4	0,3
Total	472,1	100,0

Fonte: elaboração própria com base em BOSTON UNIVERSITY GLOBAL DEVELOPMENT POLICY CENTER (2025).

Nota: valores em US$ bilhões correntes.

Se o plano interno ajuda a explicar o dinamismo produtivo, a projeção externa mostra que esse dinamismo também cria novas geoeconomias do desenvolvimento. As Tabelas 5 e 6

desagregam os registros da base CODF da Boston University para o período 2008-2024. O financiamento chinês a projetos em outros países alcançou US$ 472,1 bilhões no período. Regionalmente, a concentração ocorreu na Ásia (33,4%), na África (27,6%) e na América Latina e Caribe (24,6%). Setorialmente, sobressaem energia (38,9%) e transporte (23,2%), isto é, segmentos diretamente associados à infraestrutura física e à integração produtiva (BOSTON UNIVERSITY GLOBAL DEVELOPMENT POLICY CENTER, 2025).

Esse padrão sugere que a presença internacional chinesa não se restringe ao comércio de mercadorias. Ela envolve crédito, construção de corredores logísticos, financiamento de energia e articulação de cadeias de suprimento, ampliando a capacidade da China de influir sobre a geografia da acumulação mundial. Em vez de mera repetição da financeirização anglo-americana, observa-se uma forma híbrida de projeção externa, na qual finanças, diplomacia econômica e estratégia industrial se combinam de maneira estreita.

A resposta dos Estados Unidos e de seus aliados indica o alcance sistêmico dessa transformação. Tarifas, controles de exportação, restrições à transferência de tecnologia, políticas industriais defensivas e reconfiguração de alianças no Indo-Pacífico fazem parte de uma estratégia de contenção que, em muitos diagnósticos, já assume os contornos de uma nova guerra fria. O próprio relatório Global Trade Outlook and Statistics, da OMC, chamou atenção em 2025 para os efeitos de tarifas historicamente elevadas e da crescente incerteza de política comercial sobre o comércio mundial (WTO, 2025). Nesse contexto, a disputa entre China e Estados Unidos ultrapassa a esfera comercial: envolve a definição de padrões tecnológicos, moedas, cadeias de suprimentos, finanças e a arquitetura institucional da ordem internacional.

Por isso, a questão do "futuro do capitalismo" não pode ser dissociada do lugar que a China ocupará na nova hierarquia mundial. Se o século XX foi marcado pela hegemonia estadunidense e pela universalização de instituições moldadas pelo Atlântico Norte, o século XXI parece cada vez mais atravessado por uma transição incompleta e conflitiva. A China não representa automaticamente a superação do capitalismo em escala global, mas sua ascensão torna mais visível a crise do monopólio neoliberal sobre as estratégias legítimas de desenvolvimento. Em outras palavras, a experiência chinesa reabre o horizonte da planificação, da soberania financeira, da política industrial e da multipolaridade como elementos efetivos do debate histórico.

6 Considerações finais

O argumento desenvolvido ao longo do artigo foi o de que a ascensão chinesa não pode ser compreendida como simples produto da liberalização mercantil iniciada no final dos anos 1970. As evidências reunidas — aumento da participação no PIB e na manufatura mundiais, manutenção de elevado investimento, forte redução da pobreza, elevação do esforço tecnológico, padrão de

financiamento dominado por crédito bancário e títulos públicos e expansão do financiamento externo — são consistentes com a hipótese de que a presença do mercado operou dentro de uma estratégia política mais ampla de transformação estrutural.

Essa leitura permite reinterpretar tanto o crescimento econômico quanto seus efeitos sociais e internacionais. Internamente, a China articulou industrialização, redução da pobreza e capacitação tecnológica em escala sem precedentes recentes. Externamente, deslocou o centro de gravidade da economia mundial, fortaleceu mecanismos de cooperação multipolar e intensificou a rivalidade estratégica com a potência hegemônica estabelecida. O resultado é uma reconfiguração em curso da ordem global, marcada por conflitos, incertezas e disputas sobre quais formas de coordenação econômica serão capazes de responder à crise do capitalismo contemporâneo.

A experiência chinesa tampouco deve ser idealizada. Suas contradições sociais, regionais, ambientais e geopolíticas são reais e podem inclusive limitar sua trajetória futura. Ainda assim, a evidência discutida sugere, com força crescente, que estratégias de desenvolvimento não neoliberais permanecem historicamente viáveis, mesmo em uma economia mundial fortemente financeirizada. Ao recolocar no centro do debate a articulação entre planejamento, soberania e transformação produtiva, a ascensão da China se converte em uma das chaves analíticas relevantes para pensar o futuro do capitalismo e as alternativas que dele podem emergir.

Referências

BOSTON UNIVERSITY GLOBAL DEVELOPMENT POLICY CENTER. China’s Overseas Development Finance Database. Boston, MA, 2025. Disponível em: https://www.bu.edu/gdp/chinas-overseas-development-finance-database-data-download/. Acesso em: 15 mar. 2026.

CHINA. Constitution of the People's Republic of China. Beijing, 2019. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/lawregulations/201911/20/content_WS5ed8856ec6d0b3f0e9499913.html. Acesso em: 15 mar. 2026.

CHINA. NATIONAL BUREAU OF STATISTICS. Investment in Fixed Assets in the First Half of 2025. Beijing, 2025c. Disponível em: https://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202508/t20250806_1960602.html. Acesso em: 15 mar. 2026.

CHINA. NATIONAL BUREAU OF STATISTICS. Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2025 National Economic and Social Development. Beijing, 2026a. Disponível em: https://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202602/t20260228_1962661.html. Acesso em: 15 mar. 2026.

CHINA. PEOPLE’S BANK OF CHINA. Aggregate Financing to the Real Economy (Flow). Beijing, 2025a. Disponível em: https://www.pbc.gov.cn/diaochatongjisi/attachDir/2025/11/2025111913535789644.xlsx. Acesso em: 15 mar. 2026.

CHINA. PEOPLE’S BANK OF CHINA. Flow of Funds Statement, 2024 (Financial Accounts). Beijing, 2025b. Disponível em:

https://www.pbc.gov.cn/en/attachDir/2025/11/2025122615234890455.xlsx. Acesso em: 15 mar. 2026.

CHINA. PEOPLE'S BANK OF CHINA. Financial Statistics Report (Q1-Q3 2025). Beijing, 2025d. Disponível em: https://www.pbc.gov.cn/en/3688247/3688978/3709137/5870352/index.html. Acesso em: 15 mar. 2026.

CHINA. STATE-OWNED ASSETS SUPERVISION AND ADMINISTRATION COMMISSION OF THE STATE COUNCIL. China's SOEs See Healthy Growth in 2021-2025 Period. Beijing, 2026b. Disponível em: https://en.sasac.gov.cn/2026/01/19/c_20319.htm. Acesso em: 15 mar. 2026.

COASE, Ronald; WANG, Ning. How China Became Capitalist. London: Palgrave Macmillan, 2012.

GRUIN, Julian Y. The social order of Chinese capitalism: socio-economic uncertainty, communist party rule and economic development, 1990-2000. Economy and Society, v. 45, n. 1, p. 24-50, 2016.

HERRERA, Rémy; LONG, Zhiming. O enigma do crescimento chinês. Pesquisa & Debate: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 29, n. 1(53), p. 8-22, 2018.

HUANG, Yasheng. Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State. New York: Cambridge University Press, 2008.

JABBOUR, Elias. China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado. 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois; EDUEPB, 2012.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. China: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

LIN, Nan. Capitalism in China: A Centrally Managed Capitalism (CMC) and Its Future. Management and Organization Review, v. 7, n. 1, p. 63-96, 2011.

MCNALLY, Christopher A. Sino-Capitalism: China's Reemergence and the International Political Economy. World Politics, v. 64, n. 4, p. 741-776, 2012.

MEDEIROS, Carlos Aguiar; MAJEROWICZ, Esther. Developmentalism With Chinese Characteristics. International Journal of Political Economy, v. 51, n. 3, p. 208-228, 2022.

MILHAUPT, Curtis J.; ZHENG, Wentong. Beyond Ownership: State Capitalism and the Chinese Firm. Georgetown Law Journal, v. 103, n. 3, p. 665-722, 2015.

NAUGHTON, Barry. The State Asset Commission: a powerful new government body. China Leadership Monitor, n. 8, 2003.

NAUGHTON, Barry. Is China Socialist? Journal of Economic Perspectives, v. 31, n. 1, p. 3-24, 2017.

NAUGHTON, Barry; TSAI, Kellee S. (org.). State Capitalism, Institutional Adaptation, and the Chinese Miracle. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

NEE, Victor; OPPER, Sonja. Capitalism from Below: Markets and Institutional Change in China. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.

RODRIK, Dani. What's so special about China's exports? China & World Economy, v. 14, n. 5, p. 1-19, 2006.

WIPO - WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. Intellectual property statistics: patent indicators. Geneva, 2025. Disponível em: https://www.wipo.int/en/web/ip-statistics. Acesso em: 15 mar. 2026.

WORLD BANK. Four Decades of Poverty Reduction in China: Drivers, Insights for the World, and the Way Ahead. Washington, DC: World Bank, 2022.

WORLD BANK. Poverty & Equity Brief: Brazil. Washington, DC, 2025c. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099516404212531759/pdf/IDU-219d2fbb-9fdf-4efb-8504-5addb6c841fd.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

WORLD BANK. Poverty & Equity Brief: China. Washington, DC, 2025d. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099543104212530170/pdf/IDU-568092fb-3c1f-4301-9a31-64a5f6b6f3df.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

WORLD BANK. Poverty & Equity Brief: India. Washington, DC, 2025e. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099722104222534584/pdf/IDU-25f34333-d3a3-44ae-8268-86830e3bc5a5.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

WORLD BANK. Poverty & Equity Brief: Viet Nam. Washington, DC, 2025f. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099533304222533756/pdf/IDU-43ded870-627a-420e-9243-8248e3a54016.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

WORLD BANK. Poverty and Inequality Platform (PIP). Washington, DC, 2026b. Disponível em: https://pip.worldbank.org/. Acesso em: 15 mar. 2026.

WORLD BANK. World Development Indicators. Washington, DC, 2026a. Disponível em: https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators. Acesso em: 15 mar. 2026.

WTO - WORLD TRADE ORGANIZATION. Global Trade Outlook and Statistics. Geneva: WTO, 2025.

ZHANG, Xinwen. Is China Socialist? Theorising the Political Economy of China. Journal of Contemporary Asia, v. 53, n. 5, p. 810-827, 2023.